

O PAPEL DO PLANO INDIVIDUALIZADO DE TRANSIÇÃO PARA A AUTODEFESA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Mariana Ferraz ¹

Juliane Aparecida de Paula Perez Campos ²

RESUMO

O Plano Individualizado de Transição (PIT) tem um importante papel no processo de desenvolvimento da autodefesa de pessoas com deficiência, ajudando-as a alcançar maior autonomia e a capacidade de se expressar em relação às suas necessidades e direitos. O PIT é uma ferramenta estratégica que visa preparar o indivíduo para a transição da vida escolar para a vida adulta, com foco na promoção da independência pessoal, social e profissional. Este trabalho teve como objetivo analisar, a partir da literatura existente, os aspectos importantes para a construção de um PIT voltado para a promoção da autodefesa de pessoas com deficiência. Como referencial teórico tem-se como suporte estudos Redig (2021); Fânzeres; Cruz-Santos; Santos (2019), Macário (2018), entre outros. O trabalho consistiu em uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica. Os resultados apontam que é essencial que o plano seja elaborado com base nas características, habilidades e interesses específicos de cada pessoa, com a colaboração ativa do estudante, seus familiares e os profissionais de apoio. O PIT, nesse contexto, deve ser pensado de forma a estimular o desenvolvimento da autodefesa, proporcionando ao indivíduo as ferramentas necessárias para tomar decisões, comunicar suas necessidades e interagir de maneira assertiva com os outros. Enfatiza-se a importância de se estabelecer metas realistas e mensuráveis, com a participação ativa do estudante, de modo a garantir que ele adquira as competências necessárias para a sua defesa pessoal no contexto social e profissional. Conclui-se que investir na implementação de PIT focados na autodefesa é essencial para garantir que as pessoas com deficiência possam alcançar uma vida adulta mais independente, inclusiva e com maior autodeterminação.

Palavras-chave: Inclusão, Educação Especial, Autodefensoria.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), mariana.ferraz@estudante.ufscar.br;

² Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), juliane@ufscar.br.



Introdução

A garantia do direito à educação inclusiva e ao exercício de uma vida independente para pessoas com deficiência tem sido consolidada em importantes documentos legais no Brasil. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) representou um marco ao orientar os sistemas de ensino para assegurar o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes público da educação especial (PEE) em escolas comuns.

Em consonância, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) reforça a necessidade de assegurar condições de acessibilidade, participação social e autonomia, destacando a autodeterminação como princípio essencial para a cidadania plena. Esses marcos legais apontam que a inclusão escolar deve estar articulada a estratégias que promovam a independência pessoal, social e profissional das pessoas PEE, indo além do acesso ao ensino e alcançando sua efetiva participação na vida comunitária.

Nesse sentido, a transição da vida escolar para a vida adulta representa um momento importante, especialmente para estudantes PEE, pois envolve escolhas relacionadas à formação profissional, à inserção no mundo do trabalho, à vida social e ao exercício da cidadania. Trata-se de uma etapa que exige o desenvolvimento de habilidades voltadas à autonomia e à tomada de decisões, permitindo que o indivíduo tenha maior controle sobre sua trajetória de vida (Lopes, 2016). A preparação para esse processo é fundamental para que os estudantes possam exercer seus direitos de forma plena, superar barreiras sociais e conquistar espaços de participação ativa. Assim, pensar a transição como parte integrante da educação inclusiva significa reconhecer que a escola deve assumir papel formativo que prepare os sujeitos para uma vida adulta com independência, autodeterminação e capacidade de se posicionar diante de suas necessidades e projetos de vida (Lopes, 2016, Redig, 2018).

A autodefesa, também chamada de autodefensoria, refere-se à capacidade da pessoa PEE de expressar suas vontades, necessidades e direitos, assumindo o protagonismo sobre sua própria vida. Trata-se de um movimento que busca romper com a lógica de tutela e dependência historicamente associada a esse público, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e capazes de tomar decisões sobre suas trajetórias (Wehman, 2020). Nesse sentido, a autodefesa não se limita à fala ou à reivindicação, mas envolve também a construção de competências que permitam ao indivíduo participar ativamente dos espaços sociais,



educacionais e profissionais.

Ao relacionar a autodefesa com o desenvolvimento da autonomia, é possível compreender que essa prática promove o fortalecimento do indivíduo diante das escolhas cotidianas. A autonomia implica a capacidade de gerir aspectos da própria vida, seja na esfera pessoal, seja na social, e se materializa por meio de decisões conscientes e alinhadas às necessidades e desejos do sujeito. Quando estimulada desde o período escolar, a autodefesa contribui para que o estudante PEE se torne capaz de tomar iniciativas, resolver problemas e se posicionar em relação ao que considera essencial para o seu bem-estar e desenvolvimento (Wehman, 2020).

No Brasil, o movimento de autodefensoria de pessoas com deficiência intelectual (DI) tem sido promovido e fortalecido principalmente pelas APAEs. Segundo a Federação Nacional das APAEs, o autodefensor é definido como aquele que:

Deve ser acima de tudo, um guerreiro incansável, para assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais dos alunos, sua liberdade de expressão, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, conforme estabelece a nossa Carta Magna (FENAPAES, 2009, p. 23).

O movimento de autodefensoria visa fortalecer a capacidade de decisão e a autonomia das pessoas com DI, oferecendo-lhes ferramentas para reivindicar direitos e participar ativamente na sociedade. Ele se caracteriza pelo incentivo à consciência crítica, à expressão de opiniões e à participação em espaços coletivos de discussão, garantindo que os interesses e necessidades desse grupo sejam considerados na formulação de políticas públicas (FENAPAES, 2009).

Nesse sentido, a atuação das APAEs tem sido fundamental, pois além de promover serviços educacionais e sociais, elas organizam grupos de autodefensores, capacitam profissionais e familiares, e fomentam a criação de redes de apoio que ampliam a visibilidade e o protagonismo das pessoas com DI (FENAPAES, 2009).

O fortalecimento da autodefensoria contribui para a transformação cultural da sociedade, ao questionar estigmas e preconceitos historicamente associados à DI. Ao promover a inclusão e a valorização das capacidades individuais, o movimento estimula uma visão de cidadania plena, na qual cada pessoa é reconhecida como sujeito de direitos e detentora de potencialidades únicas (FENAPAES, 2009). Esse processo pode beneficiar diretamente os autodefensores, impactando também suas famílias, comunidades e



instituições educacionais, promovendo práticas mais justas, inclusivas e respeitosas.

A autodeterminação, por sua vez, está diretamente ligada à autodefesa, pois se refere à habilidade de definir objetivos e perseguir metas de acordo com os interesses pessoais. Uma pessoa autodeterminada exerce controle sobre suas escolhas e tem clareza sobre suas responsabilidades, construindo um percurso de vida mais independente. Ao estimular a autodefensoria, cria-se um ambiente que valoriza a participação ativa e reconhece o direito da pessoa PEE de ser autora da sua própria história, favorecendo a superação de barreiras que, muitas vezes, limitam sua participação social. Por fim, a inclusão social se consolida quando a autodefesa é efetivamente estimulada e reconhecida (Wehman, 2020).

A capacidade de expressar opiniões, reivindicar direitos e participar de processos decisórios garante que as pessoas com deficiência deixem de ocupar um lugar de invisibilidade e passem a ser protagonistas de sua inserção na sociedade. A autodefesa, nesse contexto, torna-se um elemento importante para a construção de uma vida adulta mais participativa, na qual autonomia, autodeterminação e inclusão se entrelaçam como dimensões fundamentais de uma cidadania plena (Wehman, 2020).

Apesar de avanços significativos na promoção dos direitos das pessoas PEE, a autodefesa ainda enfrenta desafios estruturais que limitam sua efetividade. Muitas vezes, a participação plena dessas pessoas em processos decisórios é comprometida por barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais.

Há uma dependência histórica de instituições e familiares, que, mesmo com boas intenções, podem restringir a autonomia e a capacidade de expressão das necessidades e desejos do indivíduo, perpetuando relações de tutela velada. Outro ponto crítico refere-se à formação e ao acesso à informação. A autodefesa exige que a pessoa PEE conheça seus direitos, as políticas públicas disponíveis e os mecanismos legais de proteção, o que nem sempre ocorre de maneira acessível ou adaptada (Wehman, 2020).

A falta de recursos educativos inclusivos, bem como a escassez de programas que fomentem habilidades de autodefesa, limita a possibilidade de engajamento efetivo e fortalece desigualdades. Essa lacuna evidencia que o simples reconhecimento legal de direitos não é suficiente para garantir participação ativa e protagonismo. Adicionalmente, há tensões entre a autodefesa e a cultura institucional vigente. Organizações e serviços muitas vezes adotam práticas padronizadas ou paternalistas, dificultando que as pessoas PEE assumam o controle sobre decisões que impactam suas vidas (Wehman, 2020). A



necessidade de equilibrar proteção com autonomia torna-se um dilema constante, exigindo reflexão crítica sobre até que ponto as estruturas sociais e educacionais realmente promovem a cidadania plena.

O Plano Individualizado de Transição (PIT) constitui uma ferramenta estratégica destinada a orientar o processo de preparação do estudante com deficiência para a vida adulta (Redig, 2018). Diferente do Plano Educacional Individualizado (PEI), que foca predominantemente no percurso escolar, o PIT concentra-se na transição entre o contexto escolar e os diversos aspectos da vida adulta, incluindo a inserção social, profissional e comunitária (Redig, 2021). Ao estabelecer metas personalizadas e alinhadas às habilidades, interesses e necessidades do estudante, o PIT possibilita o planejamento de ações que promovam sua autonomia e sua capacidade de se posicionar frente a decisões importantes.

As necessidades de serviços de transição de um estudante podem evoluir e se modificar ao longo do tempo, desde aquelas identificadas aos 14 anos, idade em que se inicia a construção do PIT. Essas demandas podem envolver trajetórias educacionais, experiências de aprendizagem, desenvolvimento de habilidades específicas e atividades ou estratégias voltadas à preparação do discente para a transição ao ensino superior, ao ingresso no mercado de trabalho e à vida adulta de forma mais ampla (Fânzeres; Cruz-Santos; Santos, 2019).

Nesse contexto, o PIT atua como um elo na rede de apoio que sustenta o processo de transição. Ao reconhecer as particularidades das especificidades individuais, o PIT contribui para a promoção da igualdade de oportunidades. A personalização dos planos de transição de acordo com as capacidades e necessidades de cada estudante torna o PIT uma ferramenta estratégica na superação de estigmas e no incentivo à inclusão (Antunes, 2012).

Mais do que um documento, o PIT representa um recurso estratégico para orientar o percurso do estudante PEE em direção à vida adulta e à plena participação social. Ao organizar etapas, metas e responsabilidades, ele permite que a transição seja conduzida de forma planejada e alinhada às necessidades, interesses e potencialidades individuais, evitando que esse processo se reduza a um momento de ruptura ou imprevisto. O PIT atua como mediador entre a escola e os diferentes contextos sociais nos quais o estudante poderá se inserir, ampliando as possibilidades de inclusão, empregabilidade, educação continuada e participação comunitária. A efetividade desse recurso depende de sua constante atualização e do envolvimento de todos os atores diretamente ligados ao processo (Burock, 2023).



Por se tratar de um instrumento dinâmico, o PIT deve ser revisto periodicamente para que acompanhe as transformações na vida do estudante, seus novos interesses e as demandas sociais em mudança. Esse movimento só se torna possível mediante a colaboração ativa entre escola, família, profissionais de apoio e o próprio estudante, garantindo que as metas sejam realistas, adaptáveis e progressivamente alcançáveis. Dessa forma, o PIT assume uma perspectiva multidimensional, articulando diferentes esferas de atuação e fortalecendo a coerência entre o que é planejado e o que se concretiza no cotidiano (Burock, 2023).

Dessa forma, o PIT prepara estudantes PEE para um futuro mais autônomo e fortalece a construção de uma sociedade mais justa e acessível. Ademais, no âmbito da vida adulta, o PIT delinea estratégias que favorecem a transição de estudantes com necessidades educacionais especiais. Essas estratégias buscam apoiar a aquisição de aprendizagens e competências durante a educação obrigatória e facilitar a participação efetiva em atividades profissionais e sociais, promovendo uma inserção adequada e significativa na sociedade (Fânzeres; Cruz-Santos; Santos, 2019).

Nesse sentido, o PIT pode desempenhar papel central no desenvolvimento da autodefesa, uma vez que oferece ao estudante PEE oportunidades de se engajar ativamente no planejamento de sua própria vida. A participação do indivíduo na elaboração do plano permite que ele reconheça seus direitos, expresse suas preferências e compreenda os recursos disponíveis para alcançar seus objetivos (Redig, 2024). Além disso, ao envolver familiares e profissionais de apoio nesse processo, o PIT favorece a criação de uma rede de suporte que estimula a tomada de decisões conscientes e a construção de estratégias de autodefensoria.

Este trabalho teve como objetivo analisar, a partir da literatura existente, os aspectos importantes para a construção de um PIT voltado para a promoção da autodefesa de pessoas com deficiência.

Método

Para alcançar o objetivo deste estudo, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica. Conforme Martins e Theóphilo (2016, p. 52), “uma pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas”. Esse tipo de investigação possibilita conhecer, analisar e explorar diferentes contribuições acerca da temática em estudo, constituindo-se em recurso essencial para o processo de formação



científica (Martins; Theóphilo, 2016).

A proposta de pesquisa bibliográfica aqui delineada fundamenta-se na identificação e análise do estado atual do conhecimento sobre o tema (Gil, 2017; Martins; Theóphilo, 2016), de modo a reunir informações capazes de instigar reflexões e contribuir para a construção de novos saberes que orientem ações no contexto escolar sob a perspectiva inclusiva.

O processo investigativo foi conduzido de forma criteriosa, visando à captação de dados que permitissem verificar discussões, incoerências, contradições e proposições voltadas à aplicabilidade no campo educacional. Essa trajetória foi organizada em etapas: (1) levantamento do acervo inicial em bases de dados confiáveis; (2) leitura preliminar para seleção do material pertinente; (3) leitura seletiva; e (4) leitura reflexiva (Andrade, 2010). Essa última etapa constitui o momento de maior aprofundamento, exigindo rigor analítico e atenção minuciosa para a definição das informações que integram a pesquisa, garantindo a consistência das contribuições apresentadas.

Assim, este estudo mobiliza as produções dos principais autores que discutem a atuação do profissional de apoio à inclusão no contexto brasileiro. A leitura detalhada e criteriosa das abordagens selecionadas possibilitou a sistematização das ideias que serviram de base para o desenvolvimento do presente trabalho.

Resultados e discussão

O PIT é um documento individualizado que estabelece metas e define os passos necessários para a transição de estudantes da educação especial para a vida pós-escolar. Sua elaboração considera as necessidades, habilidades e interesses particulares de cada estudante, garantindo que o plano seja pertinente e eficaz. A construção do PIT requer uma avaliação cuidadosa das capacidades e desafios do estudante, bem como a identificação de oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento em diferentes contextos, incluindo a continuidade educacional, a inserção profissional e a participação na vida comunitária (Furtado, 2022).

De caráter coletivo, o PIT deve ser construído por uma equipe multidisciplinar composta por professores, especialistas e familiares, que compartilham conhecimentos e experiências em favor do desenvolvimento integral do estudante. Essa perspectiva colaborativa assegura que o planejamento seja sensível às singularidades de cada indivíduo, contemplando tanto suas potencialidades quanto os desafios que precisam ser



superados. Ao reunir diferentes olhares, o PIT torna-se um documento mais consistente e próximo da realidade do estudante, possibilitando que suas necessidades sejam atendidas de maneira personalizada e contextualizada. Esse processo de elaboração cuidadosa tem como objetivo principal favorecer a transição entre as diversas etapas da escolarização e, posteriormente, para a vida adulta (Redig; Pinheiro, 2018).

Nessa trajetória, o PIT contribui para que o estudante desenvolva, de forma articulada, competências acadêmicas, sociais e vocacionais, entendidas não como dimensões isoladas, mas como aspectos interdependentes que sustentam sua autonomia e inserção social. Assim, o plano atua como um guia contínuo, capaz de integrar aprendizagens e experiências significativas que prepararão o estudante para os desafios e possibilidades de sua futura vida em sociedade (Redig; Pinheiro, 2018).

A participação ativa do estudante na elaboração do PIT é imprescindível para o desenvolvimento da autodefensoria (Redig, 2018; Wehman, 2020). Quando o estudante é envolvido no planejamento do seu próprio percurso, ele passa a compreender melhor suas necessidades, interesses e direitos, assumindo um papel de protagonista em seu processo de aprendizagem e transição para a vida adulta. Essa participação ativa permite que ele tome decisões conscientes sobre metas pessoais, profissionais e sociais, fortalecendo a capacidade de expressar suas opiniões e reivindicar o que considera importante. Além disso, o engajamento no planejamento promove um senso de responsabilidade, pois o estudante percebe que suas escolhas têm impacto direto na execução do plano e nos resultados esperados.

O envolvimento direto do estudante também contribui para a construção de habilidades de autodefesa mais consistentes e duradouras. Ao participar de discussões sobre estratégias e objetivos, ele desenvolve a confiança necessária para se posicionar diante de desafios e adversidades, aprendendo a comunicar suas necessidades de maneira assertiva. A prática da tomada de decisão no contexto do PIT prepara o estudante para situações futuras, como a inserção no mercado de trabalho ou a gestão de sua vida pessoal e social. Dessa forma, a participação ativa contribui para o empoderamento individual e possibilita a criação de uma base sólida para a autodeterminação, permitindo que o estudante se torne capaz de defender seus direitos e exercer plenamente sua cidadania (Redig; Pinheiro, 2018).

O desenvolvimento de habilidades de comunicação e negociação é um dos elementos fundamentais do PIT para a promoção da autodefensoria. Ao longo da



elaboração e execução do plano, o estudante tem a oportunidade de praticar formas eficazes de expressar suas necessidades, desejos e opiniões em diferentes contextos, seja na escola, no convívio familiar ou em ambientes profissionais. Essas habilidades são essenciais para que ele possa reivindicar seus direitos de maneira assertiva e interagir de forma construtiva com outros indivíduos, fortalecendo sua capacidade de influenciar decisões que impactam diretamente sua vida (Wehman, 2020). O PIT, ao incluir atividades específicas voltadas para a comunicação, cria um espaço seguro para que o estudante aprenda a se posicionar e a argumentar de forma clara e confiante.

Ademais, a negociação é um aspecto central para a autodefensoria, pois envolve a habilidade de dialogar, propor alternativas e buscar soluções que atendam às necessidades próprias sem comprometer a interação social. Por meio do PIT, o estudante aprende a planejar estratégias de argumentação, a lidar com conflitos e a tomar decisões colaborativas, competências que se refletem na vida adulta em situações de trabalho, estudo ou convívio comunitário. O estímulo contínuo dessas habilidades contribui para o fortalecimento da autonomia e da autodeterminação, consolidando o PIT como um instrumento que orienta a transição para a vida adulta e prepara o indivíduo para se defender e se posicionar de forma ativa na sociedade (Redig; Pinheiro, 2018; Wehman, 2020).

O PIT desempenha papel essencial na promoção da autonomia, pois oferece ao estudante oportunidades estruturadas para assumir responsabilidades sobre sua própria vida e decisões. Ao participar da definição de metas, planejar ações e avaliar resultados, o estudante desenvolve habilidades para gerir aspectos pessoais, sociais e profissionais de forma independente. Esse processo permite que ele compreenda melhor suas capacidades, reconheça seus limites e construa estratégias para superar desafios, fortalecendo a confiança em si mesmo e a capacidade de se posicionar diante de situações complexas (Antunes, 2012).

A autodeterminação também é estimulada por meio do PIT, uma vez que o plano incentiva o estudante a estabelecer objetivos alinhados aos seus interesses e valores pessoais. Ao tomar decisões conscientes e participar ativamente do planejamento, o estudante aprende a organizar prioridades, avaliar consequências e buscar soluções para atingir suas metas. Esse desenvolvimento de competências contribui diretamente para a autodefensoria, pois capacita o indivíduo a reivindicar direitos, expressar necessidades e atuar como protagonista de sua própria trajetória, garantindo uma transição para a vida



adulta mais independente, inclusiva e consciente.

O envolvimento de familiares e profissionais de apoio é um componente fundamental para o sucesso do PIT na promoção da autodefesa. A participação da família permite que o estudante receba suporte emocional e orientação prática durante a execução das ações planejadas, fortalecendo sua segurança e confiança para expressar vontades e tomar decisões. Os profissionais de apoio, por sua vez, contribuem com conhecimentos técnicos, acompanhamento pedagógico e estratégias de ensino adaptadas às necessidades individuais, garantindo que o estudante possa avançar de maneira consistente em direção à autonomia e à autodeterminação. Essa rede de suporte colabora para que o estudante se torne protagonista do próprio processo, mesmo diante de desafios e barreiras externas.

Além disso, a articulação entre familiares, profissionais de apoio e o próprio estudante possibilita a construção de um PIT mais efetivo, centrado nas reais necessidades e interesses do indivíduo. Essa colaboração permite a identificação de estratégias personalizadas, a adaptação de metas e o acompanhamento contínuo do progresso, fortalecendo a capacidade do estudante de se defender e participar ativamente de diferentes contextos. O suporte integrado não apenas facilita a implementação do plano, mas também assegura que a autodefesa seja estimulada consistentemente, promovendo a inclusão social e preparando o estudante para enfrentar desafios futuros com maior confiança e autonomia.

O PIT é estratégico na preparação do estudante para contextos sociais e profissionais, permitindo que ele desenvolva habilidades e estratégias necessárias para atuar de maneira autônoma e efetiva em diferentes ambientes. Ao incluir atividades voltadas para a inserção no mercado de trabalho, participação em grupos sociais e interação comunitária, o plano possibilita que o estudante compreenda regras, expectativas e desafios desses contextos, fortalecendo sua capacidade de adaptação e tomada de decisão. Essa preparação contribui para que ele se torne capaz de defender seus interesses, negociar soluções e participar ativamente nas situações cotidianas, consolidando a autodefensoria como competência prática.

O PIT permite simular ou planejar situações reais, oferecendo oportunidades para o estudante experimentar a resolução de problemas, a comunicação assertiva e a negociação de direitos em ambientes controlados antes de enfrentá-los no mundo adulto. Essas experiências estruturadas ajudam a reduzir a insegurança, promovem a autoconfiança e fortalecem a autonomia, preparando o indivíduo para desafios futuros. A preparação para



contextos sociais e profissionais amplia as perspectivas de inclusão e participação, reforçando a capacidade do estudante de exercer autodeterminação e autodefesa de forma consistente em múltiplos cenários da vida adulta (Antunes, 2012).

A avaliação contínua do PIT é essencial para monitorar o progresso do estudante e garantir que as metas estabelecidas estejam sendo alcançadas efetivamente. Esse acompanhamento permite identificar avanços, dificuldades e áreas que necessitam de ajustes, oferecendo feedback constante tanto para o estudante quanto para a equipe envolvida. Ao refletir sobre os resultados obtidos, o estudante é estimulado a reconhecer suas conquistas e a compreender melhor suas capacidades, fortalecendo sua autodefensoria e promovendo a consciência sobre os próprios direitos e responsabilidades.

Os ajustes periódicos no PIT também são fundamentais para adaptar as estratégias às mudanças nas necessidades, interesses e contexto do estudante. Essa flexibilidade garante que o plano permaneça alinhado à realidade do indivíduo, favorecendo a construção de habilidades práticas de tomada de decisão, comunicação assertiva e negociação de direitos. Com a participação ativa do estudante nesse processo de avaliação e revisão, o PIT reforça o protagonismo e a autodeterminação, consolidando-se como um instrumento dinâmico que promove a autonomia, a inclusão social e a preparação contínua para a vida adulta.

A formação continuada de professores é essencial para a implementação eficaz do PIT, pois oferece aos educadores conhecimentos atualizados e ferramentas pedagógicas necessárias para planejar estratégias individualizadas que atendam às necessidades específicas de cada estudante. Esse processo formativo possibilita que os docentes compreendam melhor as dimensões cognitivas, sociais e emocionais dos estudantes PEE, além de capacitá-los a acompanhar e avaliar progressos de forma sistemática. Ao aprofundar seu entendimento sobre o PIT, os professores conseguem construir planos de transição consistentes, garantindo que os objetivos definidos reflitam o desenvolvimento acadêmico, a autonomia e a inclusão social dos estudantes (Redig, 2024).

No contexto da autodefensoria, a formação continuada é importante porque permite que os professores desenvolvam práticas que incentivem os estudantes a conhecerem e exercerem seus direitos. Professores bem preparados podem criar ambientes de aprendizagem que estimulem a expressão de opiniões, a tomada de decisões e a participação ativa em processos coletivos, fortalecendo o protagonismo dos escolares. Além disso, essa formação ajuda os docentes a lidar com desafios relacionados a



preconceitos e estigmas, promovendo uma abordagem educativa baseada no respeito, na igualdade e na valorização das capacidades individuais, em consonância com os princípios legais e éticos da educação inclusiva (Rocha, 2017; Padrão 2023).

Outro aspecto relevante da formação continuada é a possibilidade de construção colaborativa de saberes entre professores, especialistas, familiares e outros profissionais envolvidos no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essa parceria enriquece a prática pedagógica, permitindo que experiências e estratégias bem-sucedidas sejam compartilhadas e adaptadas às necessidades de cada estudante. Ao investir no desenvolvimento contínuo dos docentes, as instituições educacionais fortalecem a qualidade do atendimento, promovendo a execução adequada do PIT e a consolidação de uma cultura de autodefesa que contribui para a formação de cidadãos mais autônomos, conscientes de seus direitos e aptos a participar ativamente da sociedade.

Sendo assim, o PIT e a autodefesa se constituem como elementos fundamentais para a promoção da autonomia e do protagonismo de estudantes PEE. O PIT organiza de maneira estruturada o processo de transição para a vida adulta, considerando habilidades, interesses e necessidades individuais, enquanto a autodefesa fortalece a capacidade dos estudantes de conhecerem e exercerem seus direitos, participando ativamente da sociedade. Quando articulados, ambos promovem práticas educativas inclusivas, respeitosas e centradas no desenvolvimento integral dos escolares, contribuindo para a construção de uma cultura de cidadania, igualdade e valorização das capacidades individuais, essencial para uma sociedade mais justa e plural.

Considerações finais

Estudos evidenciaram que o PIT é um instrumento central para a promoção da autodefensoria de estudantes PEE, atuando diretamente no fortalecimento da autonomia, da autodeterminação e da inclusão social. Ao envolver o estudante na construção do plano, definir metas personalizadas e desenvolver habilidades de comunicação e negociação, o PIT possibilita que o indivíduo assuma protagonismo sobre sua trajetória de vida, compreenda seus direitos e se prepare para enfrentar desafios do cotidiano de maneira assertiva. A participação ativa no planejamento é, portanto, um fator decisivo para que o estudante se sinta capaz de se posicionar, tomar decisões e defender seus interesses consistentemente.



O acompanhamento contínuo e a adaptação das estratégias ao longo do tempo reforçam ainda mais a eficácia do PIT. A avaliação periódica permite ajustes que considerem mudanças nas necessidades e contextos do estudante, garantindo que o plano permaneça relevante e funcional. A presença de familiares e profissionais de apoio no processo contribui para a criação de uma rede de suporte sólida, sem reduzir o protagonismo do estudante, fortalecendo sua confiança e capacidade de agir de maneira independente e consciente. Dessa forma, o PIT se consolida como um recurso pedagógico dinâmico, que articula planejamento, prática e reflexão em prol do desenvolvimento da autodefesa.

A formação continuada de professores se também é fundamental para a efetivação do PIT e para a promoção da autodefesa de estudantes PEE. Ao ampliar conhecimentos, desenvolver habilidades específicas e fortalecer práticas colaborativas, essa formação contribui para que os educadores conduzam processos de aprendizagem mais inclusivos, centrados na autonomia e no protagonismo dos estudantes.

Por fim, os resultados indicam que investir no PIT voltado para a autodefesa é fundamental para preparar os estudantes para a vida adulta, ampliando suas oportunidades de participação social, inclusão no mercado de trabalho e exercício da cidadania. Ao estimular a tomada de decisão, a comunicação assertiva, a negociação de direitos e a definição de metas pessoais, o PIT promove competências que ultrapassam o ambiente escolar, preparando o indivíduo para se tornar protagonista de sua própria história. Assim, a implementação efetiva do PIT contribui para uma vida mais independente, inclusiva e orientada pelo respeito aos direitos e à autodeterminação das pessoas PEE.

Referências

ANTUNES, Elisabete Baptista. **Impacto do PIT na qualidade de vida de uma jovem com dificuldade intelectual e desenvolvimental**. Castelo Branco: IPCB. Escola Superior de Educação. 234 f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ipcb.pt/handle/10400.11/1614>. Acesso em: 18 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.





1, p. 44–56, 2018. Disponível em:
<https://apaeciencia.org.br/index.php/revista/article/view/137>. Acesso em: 5 ago. 2025.

ROCHA, Artur Batista de Oliveira. **O Papel do Professor na Educação Inclusiva.**
Ensaio Pedagógico, v.7, n.2, Jul/Dez 2017.

